

# ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO REALIZADA NO DIA 28 DE ABRIL DE 2023 -----Aos vinte e oito do mês de abril de dois mil e vinte e três, pelas dezoito horas, reuniu-se no Edifício da Assembleia Municipal de Mondim de Basto o órgão deliberativo deste Município. -----PRESENÇAS: -----O deputado municipal José Fernando do Rego Cordeiro, impossibilitado de comparecer a esta sessão da Assembleia Municipal, requereu a sua substituição, nos termos do disposto no artigo 18°, n°1, alínea c), da Lei 75/2013, de 12 de setembro, por Fernando Martins Rodrigues. -----O deputado municipal Carlos Filipe Meireles Macedo impossibilitada de comparecer a esta sessão da Assembleia Municipal, requereu a sua substituição, nos termos do disposto no artigo 18°, nº1, alínea c), da Lei 75/2013, de 12 de setembro, por Artur Jorge da Silva Miguel. -----O deputado municipal João Diogo Alarcão Carvalho Branco, impossibilitado de comparecer a esta sessão da Assembleia Municipal, requereu a sua substituição, nos termos do disposto no artigo 18°, n°1, alínea c), da Lei 75/2013, de 12 de setembro, por Fernando Avelino Silva. -----Encontravam-se presentes nesta sessão todos os elementos que nos termos do art.º 48° da Lei 169/99 de 18 de setembro com a redação que lhe foi dada pela Lei 5-A/2002 de 11 janeiro, se impunha a obrigatoriedade ou dever de presença. ------ABERTURA DA REUNIÃO -----Pelas dezoito horas e dez minutos o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Humberto da Costa Cerqueira, declarou aberta a presente reunião, transmitida em direto, dando início à ordem de trabalhos. -----Antes de entrar na ordem do dia o senhor Presidente da Assembleia Municipal,

Antes de entrar na ordem do dia o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Humberto da Costa Cerqueira, aceitou a inscrição do senhor Torcato de Moura para intervir no ponto Intervenção do Público. Informou que lhe tinha sido solicitado o agendamento de uma proposta que, por lapso, não foi incluída na agenda da ordem de trabalhos pelo que colocou à votação dos membros da Assembleia a admissão da

proposta «Procedimento de Hasta Pública para Cessão de Exploração do Bar Café –
Converto do Favo das Artes», que foi aprovada por unanimidade
1-Ordem do dia
1.1- Eleição de Secretário (a) para a Mesa da Assembleia Municipal
O senhor Presidente da Assembleia Municipal, Humberto da Costa Cerqueira,
questionou se, sobre este ponto da ordem de trabalhos, havia propostas de algum nome
para ser votado
A deputada municipal Ana Patrícia Tapado Alves usou da palavra para dizer que a
bancada do Partido Socialista sugeria o nome do senhor Joaquim Augusto Silva Pereira
para Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia
Não havendo mais propostas, procedeu-se à votação, por escrutínio secreto,
tendo sido eleito com onze votos a favor e dez votos em branco o senhor
Joaquim Augusto Silva Pereira para Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia
Municipal.
1.2- Assuntos gerais de interesse para o Município
O senhor Presidente da Assembleia Municipal, Humberto da Costa Cerqueira,
usou da palavra para recordar ao executivo que na última Assembleia Municipal o
deputado Fernando Avelino Oliveira Silva tinha feito duas solicitações: uma delas que
tinha a ver com o fornecimento de uma cópia de um estudo da ETA e uma outra que
tinha a ver com uma listagem com as datas de entrada e aprovação de todos os projetos
e licenciamentos efetuados no último ano. Considerando que estes elementos ainda não
foram fornecidos, solicitou que essa informação fosse facultada à Mesa até à próxima
Assembleia para ser entregue ao deputado Fernando Avelino Silva. Referiu que esse
seria o procedimento ou seja, solicitações que os senhores deputados façam ficam em
ata, mas se o executivo entender que pretende que seja formalizado através de um
requerimento, no que lhe diz respeito pensa que podiam dispensar esse formalismo. A
partir do momento que ele consta na ata podem ter acesso ao pedido escrito e,
portanto, podem ter acesso, mas se assim entenderem ou se algum deputado entregar
portanto, podem ter acesso, mas se assim entenderem ou se assum department services

essa resposta ou requerimento podemos fazê-lo imediatamente. Portanto neste



momento, sem prejuízo de outras solicitações, existem dois pedidos pelo que solicitou ao senhor Presidente da Câmara que, ao abrigo do direito à informação, fossem fornecidos esses dados logo que possível.-----

A deputada municipal **Ana Patrícia Tapado Alves** usou da palavra par dizer que neste ponto gostaria de colocar algumas questões ao executivo. Considerando que são muitos os processos de empreitada por administração direta e compra de mobiliário para o edifício da Câmara, questionou qual o valor gasto em todos estes contratos. Que investimento foi feito pela autarquia no ano de 2022 em gabinetes, na nova entrada para a presidência, mobiliário, afins? Questionou também quais os desenvolvimentos do



O senhor deputado Fernando Avelino Oliveira Silva usou da palavra para dizer que tinha um conjunto de questões que já foram formuladas anteriormente e que gostaria de voltar outra vez a colocar. Para quando a conclusão das obras de ampliação do saneamento da vila, do loteamento da tapada da telha, da ETAR, da ampliação da rede de saneamento de Atei, do caminho da Barca, da rede de gás, da Capela do Senhor da Ponte, da Casa Florestal das Figas de Ermelo? O que está a impedir a conclusão destas obras, a sua utilização ou a sua colocação em uso? E quanto à ETA de Suídros, qual vai ser a solução adotada: a sua reparação ou devolução do dinheiro à Comissão de Coordenação da Região Norte? No caso de a opção ser a primeira hipótese, qual vai ser a calendarização da obra de recuperação? Referiu que gostaria de obter respostas concretas e esclarecedoras a estas questões. De seguida manifestou o seu desapontamento pela forma desordenada e pouco cuidada pela obra de saneamento das freguesias de Atei e Mondim. A reposição de pavimento, mesmo que provisório, não está a ser executada em moldes que não prejudiquem a circulação de veículos em que, por exemplo, os buracos existentes e as tampas das caixas de saneamento estão desniveladas com o pavimento envolvente. Por fim, congratulou-se pela decisão do município em assumir a execução das faixas de gestão de combustíveis no concelho e para dizer que a melhoria das condições do pessoal externo afeto a este tipo de tarefas é por demais evidente. Exemplo disso é a recente aquisição de mais uma máquina para a execução deste tipo de trabalhos e de manutenção de vias. Certamente que com esta aquisição, que custou cerca de cem mil euros, não irá acontecer o mesmo que sucedeu com outros equipamentos adquiridos pelo anterior executivo que raramente funcionaram. Julga que a experiência de quem está à frente do Serviço de Proteção Civil é uma garantia disso mesmo, pelo menos assim o espera. -----



O senhor Presidente da Câmara, Bruno Miguel de Moura Ferreira, começou por felicitar o Senhor Joaquim Pereira pelo cargo que agora terá a responsabilidade de exercer. Referiu que iria procurar responder a todas as questões. Para responder à senhora deputada Patrícia Alves relativamente à compra de mobiliário, considera que o investimento na melhoria das condições de trabalho dos nossos colaboradores deve estar sempre presente, portanto tem sido esse essencialmente o investimento e também a criação de novos gabinetes pelas novas competências que a autarquia adquiriu. Mas garantiu que o seu gabinete continuava exatamente igual àquele que estava no mandato anterior, não tendo havido qualquer tipo de reforço no que diz respeito ao mobiliário. Relativamente à linha de muito alta tensão, referiu que neste momento não havia nenhuma novidade além daquela que estava transcrita na informação que foi prestada aos membros da Assembleia Municipal. Relativamente à circular interna, esclareceu que estavam a trabalhar no desenvolvimento do projeto para que se possa fazer uma avaliação daquele que será o custo, pois será um investimento que dificilmente poderá ser assegurado por parte do município, pelo que terá que ser analisado a forma como o Estado Central poderá contribuir para a concretização desta obra. Relativamente às questões colocadas pelo deputado Fernando Silva, nomeadamente a questão do saneamento, referiu que neste momento está em falta a ligação na ponte sobre o rio Cabril para que ela possa estar totalmente concluída. Esclareceu que ainda estavam em contacto com o IP pois ainda não foi possível obter um parecer positivo do IP para conseguirem ali uma via alternativa e portanto será somente essa ligação que está em falta. Relativamente à rede de saneamento em Atei referiu que continuava em obras, tendo havido aqui constrangimentos naturais numa obra desta envergadura. No que respeita à questão da reposição dos pavimentos, referiu que a Câmara já tinha reportado isso à empresa que diz que é necessário aqui haver uma computação de tempo para se poder depois colocar um piso que seja sustentável para que não haja uma reposição posterior. Concorda que de facto é um constrangimento para os condutores. Relativamente à Capela do Senhor e à Casa Florestal, esclareceu que estavam perante duas situações muito idênticas. A Câmara está empenhada na conclusão do investimento imaterial, ou seja, aquilo que é no fundo o conteúdo desta infraestrutura e



que muito em breve teremos possibilidade de inaugurar estas duas obras. Relativamente à ETA de Suídros, informou que já apresentaram à CCDR um estudo para se poder concluir a obra e que se está a ultimar tecnicamente para que de facto se possa ter um estudo e um projeto que se possa ser exequível. Referiu que, de qualquer forma, a solução que neste momento estava em cima da mesa era a conclusão da empreitada que não foi concluída por força de ter de devolver efetivamente os fundos comunitários que foram recebidos. Portanto está-se a ultimar aqui um projeto para se poder depois também quantificar o custo pois seguramente será necessário recorrer à banca para termos capacidade de o executar pelo que, esperamos numa próxima Assembleia, teremos efetivamente o projeto, juntamente com ele também a quantificação do custo e posteriormente, também qual será o custo para colocarmos a infraestrutura a funcionar.

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para dizer à senhora deputada Ana Patrícia Alves que o campo das necessidades é um campo bastante vago e acha que as condições dos trabalhadores devem ser efetivamente uma prioridade por parte do município. -----

O senhor Presidente da Câmara, Bruno Miguel de Moura Ferreira, usou da palavra para dizer ao senhor Presidente da Assembleia Municipal que achava que o



senhor Presidente da Mesa não era deputado da Assembleia Municipal para exercer esse tipo de comentários.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, Humberto da Costa Cerqueira, usou da palavra para responder ao senhor Presidente da Câmara que era deputado e que era nessa condição que exercia o cargo de Presidente da Assembleia e que apenas referiu que tinha sido colocada uma pergunta concreta, o senhor Presidente estava no direito de responder ou não, mas que lhe cabia a si sinalizar as perguntas que são feitas e as respostas que não são dadas e que quando isso acontecer com outros deputados fará o mesmo.

## 1.3- Correspondência recebida e enviada pela Assembleia Municipal -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Humberto da Costa Cerqueira**, usou da palavra para dar conhecimento da correspondência recebida. -----

#### 2- Ordem do dia:

## 2.1- Aprovação da ata da reunião de 24 de fevereiro de 2023 -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, Humberto da Costa Cerqueira, usou da palavra para dizer que queria partilhar aqui duas questões sobre este ponto com os senhores deputados: uma delas que lhe foi dado uma nota pelos serviços da Assembleia de que houve necessidade de se fazer algumas correções, alguns lapsos de escrita, mas que não alteram o essencial das atas: a segunda questão tem a ver com um requerimento apresentado pelo grupo parlamentar do PS que refere o seguinte: «Analisada a ata da reunião de 24 de Fevereiro incluída na ordem de trabalhos da próxima reunião da Assembleia Municipal verificamos que não se encontram transcritas algumas das declarações proferidas na referida reunião. A título de exemplo, veja-se o texto da página 162 que dá por encerrada a participação do senhor Vice-Presidente sem a transcrição na íntegra das declarações que consideramos pertinentes. Nesse sentido, solicitamos que a ata seja revista com a inclusão das declarações referidas sob pena de não estrem reunidas as condições para a sua aprovação». Referiu que entretanto ouve uma troca de mails com os serviços da Assembleia tendo sido identificado, por comparação entre as imagens, áudio e vídeo, as declarações e o que estava na ata, que uma parte dessa intervenção não constava da ata, entendendo que deve constar o seguinte na página 162: «Nesse aspeto há ainda coisas a melhorar, mas a parte



de esperar pelas respostas aos pedidos obtidos formulados pelos serviços da autarquia já tem que ver com o técnico dono da obra. Não é o executivo ou a Câmara que controla». Portanto é essa parte que os serviços da assembleia identificaram como tendo sido declarações que foram proferidas mas que não constam na ata e portanto propôs a aprovação da ata com a introdução deste parágrafo. ------

A deputada municipal **Ana Patrícia Tapado Alves** usou da palavra par dizer que ninguém estava aqui com ameaças. Consideram foi que existiram declarações omissas e que consideram que a transcrição daquilo que se passa nesta reunião na íntegra para as atas que é de extrema importância, dando o exemplo do seu caso que não esteve nessa reunião e que ao ler a ata gostaria que estivesse lá escrito tudo aquilo que aconteceu. ----



2.3- Relatório de Gestão e os Documentos de Prestação de Contas Individuais do Município de Mondim de Basto referentes ao ano de 2022 ------

O senhor Presidente da Câmara, Bruno Miguel de Moura Ferreira, usou da palavra para dar nota daquilo que são algumas linhas gerais deste documento, que é um documento denso e que exigiu muito dos técnicos da autarquia e, portanto, para eles uma primeira palavra de agradecimento. Sabe que é sempre uma altura do ano em que têm que dar sempre muito mais de si para podermos efetivamente ter um documento com este critério e com esta responsabilidade que depois vos foi apresentado. De seguida fez uma apresentação da proposta que se passa a transcrever: «O documento de prestação de contas que hoje apresentamos revela uma execução do orçamento responsável e uma situação financeira do município equilibrada estando bem patentes o bom rumo do atual executivo. O contexto macroeconómico que esteve presente durante este ano de 2022, o aumento geral dos preços, o aumento das taxas de juro, a transferência de competências na área da educação e ação social, a revisão de preços e obras complementares e empreitadas transitadas acabam por interferir naquilo que é o resultado final. Alguns pontos que gostava de partilhar com vocês. Da análise às demonstrações financeiras é possível concluir uma execução orçamental de 94,8% que confirma o rigor na realização do orçamento municipal e a capacidade de gestão da execução do mesmo. Este valor confere credibilidade e representa uma garantia para os fornecedores da autarquia ao nível da concretização dos compromissos assumidos. O valor de referência legal é de 85% pelo que a execução alcançada está acima desse referencial. Um segundo ponto: a receita total aumentou 8,95% e a despesa total aumentou 5,9%; aumentou a receita corrente 9,5% e diminuiu a receita de capital em 22%. Realçar que mesmo com a redução de impostos municipais, nomeadamente a aprovação do IMI familiar e a implementação da devolução progressiva da taxa de IRS, a dinâmica económica do concelho permitiu o aumento da



receita. Aumentou a despesa corrente em 21% sendo de realçar, e que acabou por ter grande impacto nesta despesa, o aumento da despesa com pessoal correspondente em grande medida pela integração dos recursos humanos provenientes da transferência de competências da área da educação. Um terceiro ponto: a separação do princípio de equilíbrio orçamental, portanto, as receitas correntes superaram em 28% as despesas correntes financiando deste diferencial as despesas de capital. Apesar da média das amortizações se manter muito elevada até ao final do prazo da amortização do empréstimo de saneamento financeiro, a regra do equilíbrio orçamental foi cumprido. Um quarto ponto: a redução em 17,6% da divida a terceiros, portanto a divida diminuiu 52.700 euros, números redondos, um indicador de responsabilidade e do cumprimento dos limites legais. Um quinto ponto: a divida á banca em 31/12/2022 era de 1.730.000 números redondos, ou seja, menos 844.000 do que no ano anterior, portanto, menos 32,79%. Um sexto ponto: os resultados orçamentais - o saldo de gerência positivo, como foi também conhecimento de todos os membros desta Assembleia, o ano de 2022 terminou sem pagamentos em atraso a fornecedores e libertou um saldo de gerência em termos de operações orçamentais de 2.140.000 euros, números redondos, revelando uma elevada liquidez de tesouraria. Um sétimo ponto: o aumento do ativo em 6% e aumento do passivo em 9,5% e, portanto, um aumento das provisões no valor de 340.000 euros para fazer face a riscos de novos processos judiciais. Um oitavo ponto: em suma, o resultado operacional e resultado líquido do exercício é positivo. Da análise financeira, em forma de conclusão, afere-se a capacidade a capacidade de execução do orçamento previsto e aprovado pelos órgãos do município acompanhado por uma situação financeira equilibrada». ---

O deputado municipal José Ricardo Brás de Oliveira iniciou a sua intervenção dizendo que o ano de 2022 foi marcado por um galopante aumento da inflação e um aumento generalizado das taxas de juro, ou seja, o contexto macroeconómico foi desafiante. A situação política nacional no início de 2022 que levou à realização de eleições antecipadas trouxe períodos de incerteza que levaram a uma aprovação tardia do orçamento de estado que diminuiu em quase 600.000 euros as transferências do estado para este município. Pode constatar-se, após a análise do relatório de gestão, que o município se encontra numa situação financeira equilibrada com o cumprimento do princípio de equilíbrio orçamental. Cabe-nos destacar os seguintes pontos: redução da divida a terceiros em 17,6%, a redução da divida à banca em quase 33% e um resultado



operacional e líquido do exercício bastante positivos. Estes indicadores comprovam que foi executada uma gestão séria, rigorosa e criteriosa desta autarquia. Acrescentou que gostava também de desmistificar alguns fantasmas criadas por alguns sobre este relatório. Não é de todo verdadeiro que o município esteja a cobrar mais impostos aos mondinenses. A autarquia, de facto, arrecadou mais 137.000 euros em impostos mas, se analisarmos com detalhe os documentos, podemos constatar que o IMI, o imposto que a autarquia está a reduzir gradualmente, reduziu pela primeira vez em 5 anos. De onde surgiu então o aumento de receita? Surgiu sobretudo do aumento em mais de 100%, cerca de 116.000 euros do Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imoveis e ainda da parte do aumento de 17% do valor arrecadado no IUC. Constata-se então que a maior parte do aumento da receita nesta área deve-se sobretudo ao aumento da atividade económica no concelho e não ao aumento de impostos por parte do município. Para sermos justos, entende que se deve dizer que o atual executivo camarário está a diminuir gradualmente os impostos que são da sua responsabilidade. Também importa desmistificar que o município esteja a arrecadar mais dinheiro com a venda de bens e serviços correntes, onde se inclui a água e o saneamento. O aumento explica-se, em grande medida, pelo fim das isenções que vigoravam durante a Covid 19, que felizmente já deixamos para trás em 2022. Concluindo, nesta prestação de contas não há fantasmas nem tao pouco gorduras, há somente a realidade dos números. Aos mondinenses importa cada vez mais no futuro ter um concelho mais verde, mais solidário e mais atrativo. ---

O senhor deputado Fernando Avelino Oliveira Silva usou da palavra para dizer que, sobre o relatório, não iria aqui a analisar os números, porque os números são os números, mas queria aproveitar o relatório para tecer aqui algumas considerações da leitura que fez deste relatório. Quanto à apresentação de candidaturas, verifica que, na listagem apresentada, a grande maioria foi elaborada pelo anterior executivo. Havendo unidades orgânicas especialmente criadas para o desenvolvimento económico e para a elaboração de candidaturas, constata que nesta área ainda há muito por fazer. Questionou o senhor Presidente da Câmara no sentido de saber que candidaturas estão efetivamente aprovadas ou em elaboração pelo atual executivo e que iniciativas de



apoio foram criadas junto do tecido empresarial de Mondim no sentido de cativar e captar novos investidores. Referindo-se em concreto à candidatura que surge no documento - aquisição e reabilitação dos oito fogos - verifica-se, na sua análise muito simplista, que o custo indexado a cada apartamento é de cerca de 150.000 Euros o que lhe parece inflacionado. Dado este facto, parece-lhe que a candidatura para o valor de 3.182.900 Euros seria suficiente para recuperar ou construir de novo muito mais do que 18 apartamentos. Neste relatório destaca pela positiva a informação prestada pelo Gabinete de Proteção Civil com uma informação clara e exaustiva de todas as atividades envolvidas por esta unidade orgânica, o mesmo sucedendo com a Divisão de Equipamentos e Território e a Unidade de Ação Social e Saúde. Referiu que no que concerne a subsídios a entidades, associações e particulares verifica-se a existência de um número considerável de apoios sem se perceber bem a finalidade e a legalidade dos mesmos, pelo que questionou se a autarquia tem o efetivo controlo sob a legalidade da atribuição destes subsídios, nomeadamente na questão dos particulares. A título de exemplo, questionou como são atribuídos os subsídios pela existência de cabeças de gado e das respetivas vacinas. Manifestou a sua admiração com a quantidade de pessoas que recebem subsídios por cabeça de gado bovino e caprino que dizem possuir no concelho de Mondim. Com esta listagem de subsídios, Mondim é claramente um concelho que apoia de certa forma uma subsidiodependência ou então a realidade deste concelho é mesmo muito trágica. Todos se queixam da falta de apoios, mas a verdade dos números diz o contrário. Terminando, lamentou que a verba apresentada no que se refere à Biblioteca Municipal, 250 Euros, seja tão reduzida. ------

A deputada municipal **Ana Patrícia Tapado Alves** usou da palavra par dizer que as contas hoje apresentadas parecem revelar uma tendência preocupante. Os alertas que o PS fez aquando da apresentação do orçamento para 2023, de alguma forma, estão bem patentes agora no primeiro relatório de contas, capaz de evidenciar, em parte, o rumo do atual executivo, a começar pela arrecadação da receita. Aumenta sim o valor cobrado diretamente aos mondinenses. Só em impostos diretos a autarquia arrecadou mais 137. 000 Euros, maior aumento dos últimos anos. Acha engraçado que o senhor deputado José Brás esteja a responder quase a uma declaração de voto de uma reunião de Câmara



quando ainda não saiu a ata para consulta pública. Mais de 15.000 euros foram em taxas, multas e outras penalidades. Que dizer do aumento de valores arrecadados com a venda de bens e serviços correntes, onde se inclui a água, saneamento, resíduos, onde o município acabou por cobrar mais 127.000 Euros que no ano anterior, que equivale num aumento de 26%. A taxa de execução da receita corrente atinge a reveladora marca de 102% acima do previsto, algo que contrasta com a arrecadação da receita de capital que resulta, por exemplo, da capacidade da execução das obras com fundos comunitários aprovados que ficou pelos 75%. A arrecadação de fundos comunitários, apesar dos projetos aprovados, ficou 600.000 Euros abaixo do ano anterior. A despesa executada, em termos líquidos, idêntica à de 2021. No entanto, se analisada percentualmente, assistimos a um aumento do peso das despesas correntes, também apelidadas de gorduras, que passa de 51% em 2021 para 60% em 2022. Por sua vez há uma redução com as despesas de capital de 49% em 2021 para 40% em 2022. Aumentam, por isso, as tipologias assentes nas despesas com pessoal e prestação de serviços e diminuem as rubricas de investimento. Este número só não é mais dramático porque continua a subsistir um peso preponderante das obras lançadas no mandato anterior que se arrastam no tempo. O ano de 2023 continua a ser prometedor na inauguração de obras lançadas em 2021, mas ainda mais no início de obras adjudicadas também em 2021. Só para enumerar algumas temos a rede de saneamento de Mondim de Basto, a rede de saneamento e ETAR de Atei, a ligação do Bairro Novo à Barca, a Capela do Senhor da Ponte, a Casa Florestal, entre outras que já foram aqui mais que muitas vezes enumeradas. Mas este relatório de contas também nos permite evidenciar bem a diferença entre o atual e o anterior executivo no que respeita à capacidade de execução, a capacidade de fazer, a capacidade de lançar obras. Em 2021 a Câmara Municipal adjudicou 4.479.000 milhões de Euros em empreitadas. Em 2022, no primeiro ano de trabalho do atual executivo, este valor foi de aproximadamente um décimo inferior, não indo muito além dos 460.000 Euros em adjudicações. Este é, sem dúvida, um indicador da capacidade de fazer do atual executivo. Em Dezembro de 2021, quando se discutiu o orçamento, o deputado Fernando Silva apontou algumas gorduras, concretamente no que dizia respeito a avenças de milhares de euros,



O senhor Presidente da Câmara, Bruno Miguel de Moura Ferreira, usou da palavra para responder ao senhor deputado Fernando Silva, a propósito das candidaturas, dizendo que efetivamente continuam ainda com a necessidade de concluir candidaturas que foram feitas ainda em mandatos anteriores. Referiu que a Câmara possui uma candidatura, e a propósito do apoio à economia ou ao comércio local, que neste momento está na segunda fase uma candidatura designada bairros digitais, portanto está já numa fase adiantada, o que será um valor significativo de apoio ao comércio local. Estamos já a iniciar, tendo em vista o início do quadro comunitário, o investimento na criação de projetos para podermos depois fazer candidaturas quando o próximo quadro comunitário estiver aberto. Relativamente aos 18 fogos que referiu, esclareceu que foi uma opção do município e trata-se da reabilitação do designado hotel, que acabou por não ser hotel, localizado na Avenida Dr. Augusto Brito e portanto, o que está aqui na candidatura que é financiada, é não só a aquisição como a reabilitação do próprio imóvel e portanto teremos aqui a oportunidade de, a muito curto prazo, termos um resultado positivo a esta candidatura para podermos efetivamente disponibilizar 18 novas habitações a preços controlados no nosso concelho. Referiu que relativamente à ação social e ao apoio à agricultura, obviamente que estes apoios são dados com base em regulamentos e portanto aqui não tinha



qualquer dúvida que os serviços o faziam de acordo com os regulamentos instituídos. Acrescentou que gostaríamos todos que os apoios sociais que fossem tão elevados e que não houvesse tanta necessidade mas efetivamente é esta a realidade e a autarquia tem aqui também o dever de procurar dar respostas, quer sociais, quer à agricultura e aos nossos agricultores. Relativamente à questão colocada pela senhora deputada, considera que acabou também por ler um pouco também aquilo que foi a declaração de voto dos senhores Vereadores do Partido Socialista, portanto acha que aqui também o apontamento que fez ao senhor deputado do Partido Social Democrata acaba por ter sido um pouco infeliz. Mas relativamente à questão concreta daquela que possa ter sido a redução, realçou que referiu há pouco aquilo que o aumento do custo que foi essencialmente pela integração dos colaboradores na área da educação, mas confessou que neste momento não conseguia dizer precisamente qual é que possa ter sido o corte real na prestação de serviços. Uma coisa é certa, e mantendo aquilo que foi a intenção do executivo, referiu que procuravam sempre, com a designada prata da casa, proceder àquilo que é o exercício do município, não obstante de que não possam haver necessidades técnicas que possa ser necessário recorrer a serviços externos. -----

O senhor Presidente da Câmara, Bruno Miguel de Moura Ferreira, usou da palavra para dizer, ainda a propósito da questão colocada pela deputada do Partido



Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a Proposta Aprovação do Relatório de Gestão e os Documentos de Prestação de Contas Individuais do Município de Mondim de Basto referentes ao ano de 2022 que foi aprovada por unanimidade.

2.4- Aprovação do Contrato de Delegação de Competências para realização de limpeza de bermas, valetas e taludes em estradas e caminhos municipais, entre o Município de Mondim de Basto e a Junta de Freguesia de Atei ------

O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atei, Joaquim Agostinho da Mota Pereira, usou da palavra para dizer que o processo de delegação de competências tem sido moroso e difícil. Há mais de um ano que a autarquia começou por lhes enviar plantas com medições de vias a limpar e a manter para validação e posterior apresentação de proposta de valores e recursos a transferir. No final de 2022, o já muito falado processo de apresentação de propostas não correu da melhor forma, referindose a esse processo agora apenas para enquadramento. Nos dias seguintes à Assembleia Municipal de fevereiro foi pedido à Junta de Freguesia de Atei e, pelo conhecimento que tem, às restantes juntas, Bilhó, união de freguesias de Campanhó e Paradança e união de freguesias de Ermelo e Pardelhas, para apresentar estudos que sustentassem os valores e recursos a transferir para poderem avançar com o processo de delegação de competências. Foi-lhes pedido que o fizessem em prazos curtos, cinco dias úteis, o que



a freguesia de Atei fez e tem conhecimento que alguns dos seus colegas assim o fizeram. Passado um mês aguardaram pela contraproposta da Câmara Municipal com argumentos que concordem ou contestem a nossa proposta. Pelo meio foi-lhes lançado o desafio de aceitar o contrato que hoje votam em regime dito piloto, os valores são francamente baixos, têm plena consciência, mas como já foi referido, partem para o processo de boa-fé, aceitando o convite para esse teste, mas também, e talvez acima de tudo, porque no ano passado, a sua freguesia, perante a falta de resposta da Câmara Municipal para executar as limpezas, foi obrigada a contratar serviços de limpeza tendo de assumir a totalidade do custo. Percebendo que o mesmo iria suceder este ano, aceitam também numa lógica antes algum do que nenhum, pois como referiu sabem que os valores em causa não cobrem os custos. Tudo farão para cumprir o contrato, mas, reservam-se o direito de cessar o contrato caso se verifique que o esforço financeiro que lhes vai ser pedido é superior ao que estimam. Acreditam na obrigação de cooperar com a autarquia na defesa dos interesses dos seus fregueses, mas essa cooperação tem de ser justa para ambas as partes. Terminou reforçando que este contrato interadministrativo não substitui o processo de delegação de competências em curso, nem serve de exemplo, nem de cálculo para a negociação futura, como acordado em reunião presencial. Para evitar que estejam de novo nesta situação em 2024, tudo devia estar concluído na assembleia municipal de junho próximo. Importa por isso que a Câmara Municipal responda à proposta para que o processo possa prosseguir sem prejuízo deste que agora votam e que é pontual. Terminou dizendo ao senhor Presidente da Câmara para nunca se arrepender de investir nas freguesias porque as freguesias fortes tornam o município e o concelho muito mais forte. ------

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a Proposta Aprovação do Contrato de Delegação de Competências para realização de limpeza de bermas, valetas e taludes em estradas e caminhos municipais, entre o Município de Mondim de Basto e a Junta de Freguesia de Atei que foi aprovada por maioria com doze votos a favor e nove abstenções. -----

A deputada municipal **Ana Patrícia Tapado Alves** usou da palavra para fazer a declaração de voto do Partido Socialista, neste ponto e nos seguintes, no sentido da



abstenção porque entendem que as propostas apresentadas assentam em valores que por hectare estão muito longe dos valores de mercado, bem como dos valores apresentados pelo município, por exemplo, no relatório de contas de 2021 que já assumia que o custo por hectare para a autarquia, de apenas a limpeza de vegetação e bermas e valetas, ficava por 696,50 Euros ao que poderiam acrescentar 7.453,48 Euros para desobstrução de aquedutos. Acresce os valores pagos, exatamente pelo mesmo serviço em 2021 em que os contratos consideravam 950 Euros por hectare, condições que mereceram o voto favorável do senhor Presidente da Câmara nesta Assembleia Municipal na altura sentando-se ali na bancada municipal do PSD. Por tudo isto, 550 Euros por hectare, parece-lhes manifestamente pouco, no entanto compreendem a opção dos presidentes de junta que venham a aceitar este contrato, que refira-se, não lhes foi atempadamente apresentado. Trata-se de uma situação entre conseguir algum apoio para o trabalho que, por exemplo, acabaram por realizar a expensas próprias no ano passado ou recusar e voltar a assumir a totalidade da despesa. Urge continuar o trabalho que resulte na concretização da delegação de competências e estabelecem aqui que isto é um contrato interadministrativo e não um contrato de delegação de competências. É muito importante que se comece a fazer de forma descentralizada e próxima com naturais ganhos de eficiência e eficácia este processo. É possível fazer mais e melhor, assim, haja vontade. -----2.5- Aprovação do Contrato de Delegação de Competências para realização de limpeza de bermas, valetas e taludes em estradas e caminhos municipais, entre o Município de Mondim de Basto e a Junta de Freguesia de Bilhó -----



o Município de Mondim de Basto e a União das Freguesias de Ermelo e Pardelhas-----

O senhor deputado Fernando Avelino Oliveira Silva usou da palavra para dizer que ficou surpreso perante alguma informação que surge. Aparecem neste documento algumas informações sobre unidades, divisões, daquilo que realizaram, mas não consegue compreender por que razão nesta informação a Divisão de Planeamento e Gestão de Território não apresentam qualquer informação de atividades desenvolvidas ao contrário das restantes pelo que tinha algumas questões que queria deixar à consideração do senhor Presidente, não tendo necessariamente de lhe responder mas que poderá aproveitar em futuros momentos. Qual é o ponto da situação do plano de urbanização da vila de Mondim de Basto? Qual é o ponto da situação da elaboração de projetos das unidades operativas de planeamento e gestão previstas no PDM? Qual é o número de pedidos de licenciamento de obras particulares que deram entrada nos serviços municipais? Qual é o tempo que os serviços demoram a dar a primeira resposta aos pedidos de licenciamento? Qual é o prazo médio que demora um pedido de licenciamento? Considera que alguma informação poderia estar registada, tal como aparece nos restantes, surpreendendo-o o facto de estarem todas e não estar esta. De seguida questionou sobre uma questão que aparece no documento na página 37-39.



## 2.9- Intervenção do público -----



l'endo terminado as intervenções, o Senhor Presidente da Mesa da Assemblei	a
Municipal colocou à votação a minuta das deliberações tomadas nesta reunião	,
tendo sido aprovada por unanimidade	
Não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu po	r
encerrada a presente sessão, às dezanove horas e quarenta minutos, da qual se lavrou :	a
presente ata, que depois de lida na sessão de 30 de junho de 2023, e por esta	r
conforme, foi aprovada e vai assinada pelo Senhor Presidente de Assembleia e pela	ł
funcionária Emília de Carvalho Gonçalves, designada para o efeito pela Autarquia, que	2
a redigiu, para valer como tal	

